



www.unimeddourados.com.br
Rua Hayel Bon Faker, 3223
79806-000 - Centro - Dourados - MS
(67) 3416-3500



**UNIMED DE DOURADOS
COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.
CNPJ 15.395.999/0001-92**

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.**
(Todos os valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed de Dourados-Cooperativa de Trabalho Médico, fundada em 30 de julho de 1979 é uma sociedade de pessoas, de natureza civil. Tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômica e social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento do serviço de assistência médica. No cumprimento da defesa econômica e social dos cooperados poderão ser criados departamentos especializados para aquisição, fornecimento e vendas, de artigos e produtos de quaisquer espécies, aos cooperados, funcionários e usuários, sem objetivo de lucro.

A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no País, bem como pelo seu Estatuto Social registrado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul sob o nº 54058670. Registrada na ANS sob o nº 33366-2.

A Área de ação da Unimed localizada no município de Dourados, e está limitada nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul: Dourados, Amambai, Antonio João, Caarapó, Deodápolis, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jateí, Juti, Laguna Caarapã, Maracajú, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brilhante, Vicentina, Bataiporã e Anaurilandia.

2. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A cooperativa atua na comercialização de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Valor Determinado – Preço Pré-Estabelecido e por Serviços Realmente Prestados – Preço Pós-Estabelecido, a serem atendidos pelos médicos associados e rede credenciada. Possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, conforme números abaixo relacionados.

Os Planos da Unimed de Dourados estão divididos em Regulamentados após a Lei nº 9.656/1998 e Antes da Lei nº 9.656/1998, como segue:



RELAÇÃO DE PLANOS REGULAMENTADOS LEI 9656/98 COM BENEFICIÁRIOS ATIVOS			
NOME DO PRODUTO	REG. PRODUTO ANS	2019	2018
NOVO UNISAUDE BÁSICO - Individual/Familiar	413.716/99-7	192	208
NOVO UNISAUDE EXECUTIVO - Individual/Familiar	413.718/99-3	1.810	1.814
UNISAUDE CO-PARTICIPATIVO SIMPLES - Individual/Familiar	427.413/99-0	8.380	9.437
COLETIVO EMPRESARIAL BÁSICO	413.720/99-5	286	235
COLETIVO EMPRESARIAL EXECUTIVO	413.723/99-0	640	669
COLETIVO EMPRESARIAL CO-PARTICIPATIVO SIMPLES	427.414.99-8	2.996	2.915
PLANO DE CUSTO OPERACIONAL - COLETIVO POR ADESÃO	462.480/10-7	0	0
COLETIVO POR ADESÃO BÁSICO	460.594/09-2	138	137
COLETIVO POR ADESÃO EXECUTIVO	460.636/09-1	117	113
COLETIVO POR ADESÃO CO-PARTICIPATIVO SIMPLES	459.141/08-1	3.232	3.211
PLANO REFERENCIA COLETIVO POR ADESÃO	462.379/10-7	0	49
UNISAUDE HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA	427.417/99-2	0	0
UNISAUDE HOSPITALAR SEM OBSTETRÍCIA	427.419/99-9	22	29
UNISAUDE HOSPITALAR EXECUTIVO SEM OBSTETRÍCIA	431.021/00-7	7	7
COLETIVO EMPRESARIAL BÁSICO ESTADUAL	470.194/13-1	5.397	5.258
COLETIVO POR ADESÃO CO-PARTICIPATIVO SIMPLES	474.786/15-1	2.898	3.129
COLETIVO POR ADESÃO CO-PARTICIPATIVO SIMPLES EXECUTIVO	474.785/15-2	1.459	1.585
COLETIVO POR ADESÃO NACIONAL PÓS PAGAMENTO - ENFERMARIA	476095166	3.052	2.853
COLETIVO POR ADESÃO NACIONAL PÓS PAGAMENTO - APARTAMENTO	476096164	4.748	4.351
TOTAL BENEFICIÁRIOS →		35.374	36.000

RELAÇÃO DE PLANOS ANTERIORES A LEI 9656/98 COM BENEFICIÁRIOS ATIVOS			
Nome do Produto	REG. PROD NA ANS	2019	2018
PLANO BASICO ENFERMARIA PARTICULAR – 100	99999999999999999999	3	3
PLANO BASICO ENFERMARIA PARTICULAR + 2 – 101	999	17	17
PLANO BASICO ENFERMARIA PARTICULAR +2+3 – 102	9	22	23
PLANO BASICO APARTAMENTO PARTICULAR +2+3 – 105	9999999	36	62
PLANO BASICO ENFERMARIA EMPRESARIAL – 106	9999		33
PLANO CUSTO OPERACIONAL APARTAMENTO - 113	456.933/08-4	442	464
TOTAL BENEFICIÁRIOS →		520	602

RELAÇÃO DE PLANOS ADAPTADOS A LEI 9656/98 COM BENEFICIÁRIOS ATIVOS			
Nome do Produto	REG. PROD NA ANS	2019	2018
PLANO BASICO ENFERMARIA PARTICULAR – 138	99999999999999999999	274	281
PLANO BASICO ENFERMARIA PARTICULAR + 2 – 139	999	112	123
PLANO BASICO ENFERMARIA PARTICULAR +2+3 – 140	9	190	215
PLANO BASICO APARTAMENTO PARTICULAR – 141	99999	2	3
PLANO BASICO APARTAMENTO PARTICULAR +2 – 142	99	3	3
PLANO BASICO APARTAMENTO PARTICULAR +2+3 – 143	9999999	6	7

PLANO BASICO ENFERMARIA EMPRESARIAL – 144	9999	546	644
PLANO BASICO ENFERMARIA EMPRESARIAL +2 – 145	999999999	659	853
PLANO BASICO ENFERMARIA EMPRESARIAL +2+3 – 146	9999999999	554	687
PLANO BASICO APARTAMENTO EMPRESARIAL – 147	999999	3	3
PLANO BASICO APARTAMENTO EMPRESARIAL +2 – 148	99999999999	7	8
PLANO BASICO APARTAMENTO EMPRESARIAL +2+3 - 149	999999999999	57	76
TOTAL BENEFICIÁRIOS →		2.413	3.040

TOTAL DE BENEFICIÁRIOS EM 2019	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS EM 2018
38.307	39.642

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de conformidade com a legislação comercial e fiscal em vigor, com observância da Lei das Sociedades Cooperativas - Lei 5.764/71, das Normas Brasileiras de Contabilidade, e padrões da Agência Nacional de Saúde, conforme plano de contas estabelecido pela RN 435/2018 e alterações vigentes, como também parcialmente os aspectos relacionados à lei 11.638/2007 e 11.941/2009, e as Regulamentações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A Unimed Dourados também atendeu os quesitos da ITG 2004, na formatação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2018, de forma a permitir a comparabilidade.

A exigência da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi atendida, mediante sua montagem pelo método direto, conforme RN 435/2018 e alterações vigentes, com a reconciliação do Lucro Líquido com o Caixa Líquido obtido das atividades operacionais, de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 03 (R2) e CFC NBC TG 03 (R3).

A data da autorização para conclusão e elaboração das demonstrações contábeis foi da pela diretoria executiva em 19/02/2020.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Regime de Escrituração

A Unimed Dourados adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos, custos e dispêndios quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

4.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, provisões para passivos contingentes. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

4.3 Aplicações Financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos (líquidos de IRRF quando aplicável) auferidos até 31 de dezembro de 2019, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas.

As aplicações financeiras foram consideradas para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa como Equivalentes a Caixa.

4.4 Créditos De Operações Com Planos De Assistência À Saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos, pois não possuem caráter de financiamento em contrapartida à: (i) conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde para os Planos Médico-Hospitalares e (ii) conta de resultado "receitas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora" no que se refere aos serviços médicos e hospitalares prestados a particulares e as outras Operadoras de Planos Médico-Hospitalares. A Unimed Dourados constitui a provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do ANEXO I da RN 435/2018, da Agência Nacional de Saúde, considerando de difícil realização os créditos:

- I. Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- II. Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato foi provisionada;
- III. Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito foi provisionada;

4.5 Estoques

Os estoques são avaliados pelo método do inventário periódico. A manutenção dos estoques contribuem para reduzir os custos indispensáveis ao funcionamento da operadora para realização do serviço assistencial à saúde.

4.6 Conta Corrente Com Cooperados

Os créditos registrados com cooperados estão sendo registrados pelos valores adiantados que são liquidados sempre no mês seguinte do adiantamento.

4.7 Investimentos

Os investimentos em outras sociedades foram avaliados pelo custo de aquisição, e não foram deduzidos de provisão para perdas prováveis na realização de seu valor quando este for inferior ao valor de mercado.

4.8 Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/1996. As depreciações foram calculadas pelo método linear a taxa que levam em conta a vida útil dos bens, as quais as taxas estão demonstradas em Nota Explicativa específica do Imobilizado.

4.9 Ativo Intangível

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos, bem como licenças para usos dos mesmos, os quais são amortizados usando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens que compõem pelas taxas descritas em nota específica e de acordo com as premissas previstas no CPC nº 04 (R1) e CFC NBC TG 04 (R4).

4.10 Avaliação do Valor Recuperável do Ativo

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos classificados como imóveis com o objetivo de avaliar eventos internos e externos que possam indicar deterioração e/ou perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável de acordo com as premissas CPC 01 (R1) e CFC NBC TG 01 (R4).

4.11 Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa RN nº 209/2009 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS nº 393/2015 e RN 435/2018 e suas alterações vigentes.

a) Provisões Técnicas:

- i. Provisão de Eventos a Liquidar, para as obrigações que envolvem os custos com assistência à saúde médica hospitalar dos usuários de planos de saúde da operadora;
- ii. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA, destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados à Operadora. Constituída com base nos parâmetros previstos na Resolução Normativa – RN nº 393/2015 e alterações, expedida pela ANS.
- iii. Provisão de Remissão calculada conforme nota técnica atuarial específica, realizada por atuário habilitado com registro no MIBA, descrita na nota explicativa nº 16.2.

4.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de atos não cooperativos, conforme mencionado em nota explicativa específica de Imposto de Renda e Contribuição Social, nota nº 28.

4.13 Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Unimed Dourados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Unimed Dourados possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.14 Ativos e Passivos Contingentes

Ativos contingentes: são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.

Obrigações legais: são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

Na constituição das provisões, a Administração considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

4.15 Apuração de Resultado e Reconhecimento de Receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e da contribuição social.

As Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos são apropriadas à ingressos considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência a saúde, a apropriação do ingresso é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores deste ingresso de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

4.16 Reconhecimento dos Eventos Indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada, cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na totalidade à Operadora ao final de cada mês, então, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

4.17 Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades na atividade de planos de saúde, a cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio, sendo que as operações não são controladas e

gerenciadas pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da cooperativa acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4.18 Normas Internacionais de Contabilidade

A cooperativa vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 – Demonstrações Separadas, CPC 44 – Demonstrações Combinadas, CPC 47 – Receitas, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis da cooperativa no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações vigentes, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

5. DISPONÍVEL

Composto da conta de Caixa e Depósitos Bancários.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Caixa	9.978,45	5.313,91
Bancos	2.403.053,40	1.863.106,57
Total do disponível	2.413.031,85	1.868.420,48

Os saldos bancários são mantidos em instituições financeiras no País, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras representadas por investimentos de liquidez imediata estão demonstradas ao custo do valor aplicado, acrescido dos rendimentos auferidos, apropriados até a data do balanço de acordo com as taxas pactuadas pelo mercado financeiro. As aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras no País, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS POR EMISSOR	2019	%	2018
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas			
Total de Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas Bloqueadas	38.949.254,90	4,52%	37.190.462,10
Sicredi	9.101.369,53	4,49%	8.692.532,28
Banco do Brasil	4.566.564,28	4,50%	4.360.916,68
Caixa Econômica Federal	19.568.618,96	4,51%	18.685.394,96
Santander	5.712.702,13	4,57%	5.451.618,18
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas Não Bloqueadas	13.391.129,05	-149,06%	33.352.047,22
Caixa Econômica Federal	8.142.501,33	-206,51%	24.957.761,41

Sicredi	5.248.627,72	6,94%	4.884.133,44
Uniprime	0,00	-100,00%	3.510.152,37
Total de aplicações	52.340.383,95	-34,78%	70.542.509,32

As aplicações financeiras bloqueadas foram 100% aplicadas em fundos dedicados a ANS.
Em 2019 as aplicações financeiras foram reclassificadas para o longo prazo em função do prazo resgate contratado ser superior a 12 meses.

7. CRÉDITOS OPERACIONAIS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

A composição dos "Créditos de Operações de Assistência a Saúde" está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Créditos de Operações com Assistência a Saúde	(a) 2.657.396,56	(a) 5.240.046,71
(+) Contraprestações pecuniárias a receber	6.552.303,20	8.809.500,37
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	-3.894.906,64	-3.569.453,66
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	(b) 2.418.347,75	(b) 7.398.142,50
(+) Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	2.418.548,04	7.771.944,38
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	-200,29	-373.801,88
TOTAL	5.075.744,31	12.638.189,21

a) O saldo da conta "Contraprestação pecuniária a receber" refere-se a valores a receber referente a créditos com planos de saúde da operadora;

b) O saldo da conta "Operadoras de Planos de Saúde" refere-se a valores a receber referente a créditos com Outras Operadoras referentes as operações de plano de saúde;

As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.5 da Resolução Normativa nº 435/2018 e alterações vigentes da ANS.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

A composição dos Créditos Tributários está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Imposto de Renda Compensar/Restituir	318.049,65	107.276,97
Contribuições Sociais a Compensar	841.530,94	841.530,94
Créditos de Pis e Cofins	822.202,51	580.091,75
ISSQN a Compensar	3.306.977,72	3.238.924,16
Outros Créditos Previdenciários	66,21	0
TOTAL	5.288.827,03	4.767.823,82

Os valores de PIS/COFINS foram retidos em descordo com o entendimento de tributação adequado às cooperativas e não foram compensados nas apurações dos seus respectivos períodos de apuração.

O ISS a compensar foi retido em desacordo com a legislação do município e aguarda autorização do setor de fiscalização para compensação com valores a pagar nos respectivos períodos.

9. BENS E TÍTULOS A RECEBER

A composição dos Bens e Títulos a Receber está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Estoque	465.783,40	394.812,95
Adiantamentos a funcionários	56.500,67	73.963,09
Adiantamento a prestadores	383.310,16	126.760,31
Depósitos	0	31.338,97
Cheques a receber	2.473,09	4.660,87
Convênios a Receber	20.727,91	107.685,20
TOTAL	928.795,23	739.221,39

9.1 Estoques

Os estoques são representados por medicamentos pertencentes à Farmácia e por materiais destinados ao Laboratório. Estão demonstrados ao valor do custo de aquisição, deduzidos dos custos dos produtos vendidos e/ou utilizados apurado pelo método do inventário periódico.

9.2 Adiantamento a Funcionários

Composto por valores de férias pagos no início do período de gozo.

9.3 Adiantamento à Fornecedores

Adiantamentos feitos à Farmácia Unimed e rede credenciada.

9.4 Depósitos

Depósito judicial que foi reclassificado em 2019 para o ativo não circulante.

9.5 Cheques a Receber

Os Cheques a receber são oriundos de vendas de medicamentos e estão demonstrados pelos valores líquidos de provisão para perdas.

9.6 Convênios a receber

Composto pelas contas a receber da farmácia.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

A composição das Despesas Antecipadas está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Despesas do Exercício Seguinte a Apropriar	51.864,14	8.280,22
TOTAL	51.864,14	8.280,22

11. CONTA CORRENTE COOPERADOS

A composição das Conta Corrente Cooperados está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Conta Corrente com Cooperados	93.449,30	0,00

12. ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

DESCRIÇÃO	2019	2018
Aplicações Livres	20.954.812,48	0
Depósitos Judiciais e Fiscais	3.517.861,53	3.746.492,90
Títulos e Créditos a Receber	0	64.991,75
TOTAL	24.472.674,01	3.811.484,65

a) Aplicações Livres

Em 2019 as aplicações financeiras foram reclassificadas para o longo prazo em função do prazo resgate contratado ser superior a 12 meses;

b) Depósitos Judiciais

Os depósitos Judiciais e Fiscais correspondentes a exigibilidade que estão sendo discutidas judicialmente;

13. INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO

13.1 Investimentos

Representados por participações societárias, são demonstrados pelo valor de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, somadas as incorporações de sobras e/ou dividendos ocorridos, conforme segue:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Participações – Em Instituições Reguladas		
Unimed Fed. Inter do Centro Oeste e TO	93.576,53	93.576,53
Federação Mato Grosso do Sul	353.385,18	324.685,18
Uniprime	1.953.416,73	1.710.254,61
Unimed Participações	1.095.113,62	753.718,92
Central Nacional Unimed	589.072,48	275.975,19
Uniprime Farmacia	209.909,27	185.686,07
Sicredi	768.369,20	522.987,04
TOTAL	5.062.843,01	3.866.883,54

14. IMOBILIZADO

14.1 Imobilizado: Os valores do ativo imobilizado estão demonstrados ao seu valor de custo de aquisição e de construção, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzidos dos valores de depreciação acumuladas, calculadas pelo método linear, a partir da entrada do bem em operação, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de sua vida útil-econômica.

DESCRIÇÃO	Taxa de depreciação média	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido
Edifícios	4%	2.371.614,86	-982.501,71	1.389.113,15
Terrenos		4.554.642,64	0,00	4.554.642,64

Imobilizado em Andamento		8.845.210,18	0,00	8.845.210,18
TOTAL DE IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO		15.771.467,68	-982.501,71	14.788.965,97
Equipamentos de Informática	20%	1.227.170,88	-963.527,16	263.643,72
Máquinas e Equipamentos	10%	5.664.211,91	-597.917,09	5.066.294,82
Móveis e Utensílios	10%	1.050.919,68	-533.705,42	517.214,26
Veículos	20%	251.758,21	-305.296,48	-53.538,27
TOTAL DE IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO		8.194.060,68	-2.400.446,15	5.793.614,53
Direito de uso de Telefone		11.076,82	0,00	11.076,82
Benfeitorias em Imóveis Terceiros		21.686,01	0,00	21.686,01
TOTAL DO IMOBILIZADO		23.998.291,19	-3.382.947,86	20.615.343,33

15. INTANGÍVEL

É representado por licença de uso de softwares:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Sistema de Computação	48.247,58	48.247,58
Licença para Uso de Software	154.019,97	154.019,97
Amortização	-144.134,92	-144.134,92
TOTAL	58.132,63	58.132,63

16. PROVISÕES TÉCNICAS

A composição das Provisões Técnicas está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Pré Provisão de Prêmio Contraprestação Não Ganha - Planos Individuais Familiares	3.407.642,64	3.561.182,91
Provisão para Remissão	204.628,94	213.097,10
Pré Provisão de Eventos Sinistros a Liquidar para o SUS (%hc x ABI)	418.588,78	374.978,97
Provisão de eventos a liquidar para o Outros Prestadores	13.318.172,46	18.189.626,16
Provisão para eventos ocorridos e não avisados – PEONA	14.121.410,15	12.923.994,45
Total de Provisões Técnicas	31.470.442,97	31.808.887,02
Curto prazo	31.470.442,97	31.808.887,02
Longo prazo	782.690,70	799.977,00
Total de Provisões Técnicas	32.253.133,67	32.608.864,02

16.1 Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

16.2 Provisão de Remissão

Obedecendo a critérios e cálculo definido em nota atuarial aprovada pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar foi constituído provisão de remissão para garantir cobertura de riscos contratuais em favor de beneficiários, após o falecimento do titular de planos de assistência à saúde, totalizando o montante de R\$ 328.907,71, sendo a mesma classificada em R\$ 204.628,94 no passivo circulante e R\$ 124.278,77 no passivo não circulante.

16.3 Provisão de Eventos a Liquidar SUS

Refere-se ao valor cobrado pela ANS referente ao ressarcimento ao SUS, sendo o valor contabilizado pelo valor cobrado no momento do recebimento da conta médica e ajustado mensalmente pelo valor informado no site da ANS.

O valor informado no site da ANS estabelece as seguintes informações:

- a) **Débitos pendentes:** retrata o valor total cobrado e não pago pela operadora de plano de saúde, atualizado com multa e juros até a data de referência, bem como o saldo devedor atualizado de parcelamentos cancelados por inadimplência, valores não pagos de parcelamentos ainda não deferidos e valores não pagos inscritos em dívida ativa;
- b) **ABIS x percentual histórico:** informa o valor total dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) notificados à operadora de planos de saúde e ainda não cobrados pela ANS, multiplicado pelo percentual histórico de cobrança (%hc), que é calculado a partir do total dos valores cobrados sobre o total dos valores notificados, com base nos ABI emitidos até 120 dias anteriores ao mês de referência;
- c) **Débitos Parcelados:** abrange os parcelamentos deferidos ainda não quitados. A soma do valor das parcelas com vencimento em até 12 meses da data de referência está alocada no Passivo Circulante, enquanto a soma do valor das parcelas com vencimento em prazo superior a 12 meses está computada na linha Passivo Não Circulante.

16.4 Débitos Com Operadoras de Saúde Não Relacionadas com Plano de Saúde da Operadora

Refere-se a valores a pagar à outras Unimed's e outros prestadores cujos serviços são reembolsados através dos contratos de corresponsabilidade assumida e pós pagamento.

16.5 Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentado pelo art. 16 da RN 209 da ANS e 393/2015, representa os eventos ocorridos, porém, não avisados a operadora, cujo valor deve estar baseado em: 1) 8,5% do total de contraprestações emitidas líquidas nos últimos 12 meses, na modalidade de preço pré-estabelecido, ou 2) 10% do total de eventos indenizáveis conhecidos nos últimos 12 meses, na modalidade de preço pré-estabelecido; o maior dos dois, neste caso pela condição do item 2.

A Unimed Dourados efetuou até 31 de dezembro de 2019 o cálculo da provisão de eventos ocorridos e não avisados que representa o montante de **R\$ 14.121.410,15** (quatorze milhões, cento e vinte e um mil, quatro centos e dez reais e quinze centavos), apurado por metodologia regulamentada da RN 209/2009 e RN 393/2015.

A Entidade em 31 de dezembro de 2019 apresenta o registro contábil desta provisão em **R\$ 14.121.410,15** (quatorze milhões, cento e vinte e um mil, quatro centos e dez reais e quinze centavos), ou seja, 100% da provisão exigida.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas, conforme nota 6.

Adicionalmente as operadoras de plano de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 159/07, RN 209/2009, RN 227/2010 e RN 246/2011, RN 313/2012, RN 392/2015 e RN 393/2015:

a) Patrimônio Mínimo Ajustado

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável "K", obtido no ANEXO I da RN nº 209/2009, pelo capital base de **R\$ 8.789.791,63** (oito milhões, setecentos e oitenta e nove mil, setecentos e noventa e uma e sessenta e três centavos), reajustado pelo IPCA em julho de cada ano.

O Capital da Cooperativa excede o valor do patrimônio líquido exigido pela Norma Técnica.

b) Margem de Solvência

Regulamentada pelo art. 6 da RN 209 da ANS corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social ajustado por efeitos econômicos, sendo regulamentado pelo patrimônio líquido superior a **20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses**, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior.

O prazo máximo permitido para adequação da Margem de Solvência foi redefinido em 22 de dezembro de 2012 pela RN 313 devem observar as seguintes parcelas mínimas do valor da Margem de Solvência (MS), calculada nos termos do art. 6º desta Resolução:

- Até dezembro de 2012: 35% do valor da MS;
- Entre janeiro de 2013 e novembro de 2014: 35% adicionado a proporção cumulativo mensal de 0,25%;
- Em dezembro de 2014: 41% do valor da MS;
- Entre janeiro de 2015 e novembro de 2022: deverá ser observada a proporção cumulativa mínima mensal de 0,615% do valor da MS;
- A partir de dezembro de 2022: 100% do valor da MS.

A entidade em 31 de dezembro de 2019 possui um Patrimônio Líquido com os ajustes econômicos permitidos de **R\$ 48.311.109,26** (quarenta e oito milhões, trezentos e onze mil cento e nove reais e vinte e seis centavos) que representa **22,61%** das contraprestações líquidas dos últimos doze meses.

17. PROVISÕES TÉCNICAS CONTRA PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS RECEBIDAS ANTECIPADAMENTE

Valores recebidos em até 31/12/2019 referente a competência 01/2020.

DESCRIÇÃO	2019	2018
Contra Prestações Pecuniárias Recebidas Antecipadamente	430.397,80	457.273,90

18. DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS SAÚDE DA OPERADORA

Refere-se a valores a pagar para outras Unimed's (Intercâmbio a pagar).

DESCRIÇÃO	2019	2018
Intercâmbio a Pagar Corresponsabilidade	348.422,97	0
TOTAL	348.422,97	0

19. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	2019	2018
Intercâmbio Eventual a Pagar		8.730.947,02
Produção de Cooperados	203.013,10	0,00
Produção de Hospitais	252.742,87	0,00
Produção de Clínicas	509.503,55	0,00
Produção de Laboratórios	64.330,01	0,00
TOTAL	1.029.589,53	8.730.947,02

Registro dos eventos cobrados pelos atendimentos do Intercâmbio Eventual

20. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Referem-se em sua maioria a tributos administrados pela RFB, registrados pelos valores nominais a vencer no mês de janeiro de 2020.

DESCRIÇÃO	2019	2018
CSLL a Recolher	15.017,84	17.719,87
Imposto Sobre Serviços - ISS	30.136,28	131.823,53
INSS a Recolher	619.242,43	474.649,17
FGTS a Recolher	50.686,35	46.212,91
PIS a Recolher	25.841,39	23.352,41
Cofins a Recolher	159.023,94	143.707,14
ICMS a Recolher	8.348,14	0,00
IRRF a Recolher	1.302.355,32	1.069.159,20
ISS Retido na Fonte a Recolher	305.119,25	248.316,22
CSRF a Recolher	265.870,09	201.867,62
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	38.436,85	0,00
TOTAL	2.820.077,88	2.356.808,07

A provisão registrada na conta de Outros Impostos e Contribuições a Recolher referem-se ao provisionamento do Imposto Territorial Urbano – IPTU correspondente ao ano de 2020.

21. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

OUTROS EMPRÉSTIMOS	2019	2018
Outros Empréstimos e Financiamentos	41.317,99	0,00
TOTAL	41.317,99	0,00

Saldo negativo de conta corrente coberto em janeiro de 2020.

22. DÉBITOS DIVERSOS

Referem-se a provisões de valores conforme detalhamento no quadro abaixo:

	2019	2018
Obrigações com Pessoal	1.313.341,22	1.087.456,69
Fornecedores	2.451.671,22	1.165.408,34
Depósito de Beneficiários e de Terceiros	19.077,43	77.010,03
Dividendos a Pagar	2.232.156,54	2.531.157,43
TOTAL	6.016.246,41	4.861.032,49

23. CONTA CORRENTE DE COOPERADOS

DEBITOS A PAGAR A COOPERADOS	2019	2018
Débitos a Pagar a Cooperados	17.849,35	4.056,67
TOTAL	17.849,35	4.056,67

24. PROVISÃO PARA AÇÕES JUDICIAIS

As ações cíveis que envolvem a cooperativa, e que são consideradas pela assessoria jurídica de possível ou provável perda foram integralmente provisionadas.

A composição das provisões para ações judiciais está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	2019	2018
Cofins a Recolher	6.000.000,00	5.500.000,00
IRPJ a Recolher	3.000.000,00	2.500.000,00
Contingências Tributárias	6.426.156,54	5.926.156,54
Contingência Tributária - ISSQN	1.002.025,51	1.002.025,51
Contingência Tributária 2009	381.703,07	381.703,07
Provisão para Taxa de Saúde Suplementar	514.650,55	514.650,55
TOTAL CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS	17.324.535,67	15.824.535,67
Provisão para Ações Cíveis	7.611.170,92	5.504.081,26
TOTAL CONTINGÊNCIAS	24.935.706,59	21.328.616,93

- I. Considerado pelo Jurídico como possível, Proc. n. 2001.60.02.0011482-2, Valor inicial: R\$ 2.231.740,72;
- II. Foi realizada provisão de ISSQN, relativo ao valor original, a qual está registrada no Passivo Não Circulante. Estes valores não tiveram a sua retenção comprovada pelos clientes, no entanto, as faturas foram pagas pelos valores líquidos;
- III. Referem-se aos créditos com as ações descritas na nota 8.

A ANS por meio do ofício 2838/2006/DIR. ADJ./DIOPE/ANS/MS determinou que a Unimed de Dourados proceda o "registro de todas as obrigações de natureza cível, trabalhista e tributária..." de acordo com a NPC nº 22 do IBRACON.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a. **CAPITAL SOCIAL** - refere-se a quotas de Capital dos Cooperados, no valor de R\$ 36.919.092,74 (trinta e seis milhões, novecentos e dezenove mil, noventa e dois reais e setenta e quatro centavos) composto de quotas-partes indivisíveis e intransferíveis.
- b. **RESERVA LEGAL:** Constituída anualmente por 12% do valor das sobras antes das distribuições à disposição da assembleia geral. A Reserva Legal em 31/12/2019 é de R\$ 3.737.267,80 (três milhões, setecentos e trinta e sete mil, duzentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos).
- c. **RATES – Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social:** A RATES é constituída pela aplicação do percentual de 5% decorrente do total das sobras, antes das distribuições a disposição da assembleia geral, em conformidade com o Artigo 28 da Lei 5.764 de 1971. O saldo de rates em 31/12/2019 é de R\$ 1.290.422,36 (um milhão, duzentos e noventa mil, quatrocentos e vinte e dois reais e trinta e seis centavos).
- d. **RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS:** Constituída por proposta de assembleia para fazer frente a possíveis contingências, o saldo da reserva de contingência em 31/12/2019 é R\$ 1.279.574,86 (um milhão duzentos e setenta e nove mil quinhentos e setenta e quatro reais e oitenta e seis centavos).
- e. **SOBRAS DO EXERCÍCIO:** O valor das sobras do período antes das destinações corresponde a R\$ 965.302,14 (nove centos e sessenta e cinco mil, trezentos e dois reais e quatorze centavos).
- f. **AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:** O credor desta conta corresponde a ajuste de balanços passados, dentre os quais destaca-se o saldo no valor total de R\$ 5.160.904,48 (cinco milhões, cento e sessenta mil, novecentos e quatro reais e quarenta e oito centavos) em 31/12/2019.
- g. **SOBRAS LÍQUIDAS:** Apurados o resultado líquido do exercício findo em 31/12/2019, restam à disposição da Assembleia Geral Ordinária – AGO as sobras líquidas no valor de R\$ 5.084.751,49 (cinco milhões, oitenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos).

26. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A cooperativa conforme disposição estatutária e legal efetua o crédito de juros sobre capital próprio a seus cooperados limitados 12% a.a. Em 2019 o resultado da cooperativa proporcionou a remuneração ao capital por juros a taxa de 6,0% a.a.

DESCRIÇÃO	R\$
Capital Social Integralizado	37.202.608,92
Juros sobre capital	2.232.156,54
IRRF incidente	334.823,48

27. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A cooperativa, no exercício de 2019, efetuou ajuste de exercícios anteriores relativos a mudança de prática contábil no que se refere aos procedimentos de contabilização:

- ✓ Dos registros de corresponsabilidade assumida e cedida;
- ✓ Atualização dos saldos das contas de investimentos;
- ✓ Ajuste de saldos referentes a amortização de benfeitorias em imóveis de terceiros; e
- ✓ Correção de saldos em contas de provisões tributárias.

28. PROVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

ATOS COOPERATIVOS

Os Atos Cooperativos Principais referem-se às operações exclusivamente com os associados do Sistema Unimed. Os Atos Cooperativos Auxiliares referem-se às operações com meios credenciados, para execução de serviços auxiliares ao trabalho médico cooperado.

A cooperativa para fins de apuração de IRPJ e CSLL considera os atos cooperativos auxiliares como atos cooperativos.

A apuração do resultado dos atos cooperativos e não cooperativos, visa atender o artigo nº 87 da Lei nº 5.764/71 e legislação tributária, onde os resultados dos atos não cooperativos serão levados para a conta do RATES, permitindo ainda a apuração da Contribuição Social e Imposto de Renda.

Foram calculados tributos sobre ato não cooperativos, especificamente sobre os rendimentos de aplicação financeira não vinculada.

29. FORMAÇÃO DA DESTINAÇÃO DO RESULTADO

CONTAS	2019			2018
	Ato Cooperativo	Não Cooperativo	TOTAL	TOTAL
SOBRA E LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-529.997,08	1.495.299,22	965.302,14	787.212,87
(+/-) RESULTADOS ABRANGENTES	5.160.904,48	0,00	5.160.904,48	0,00
(+/-) Ganhos ou Perdas com Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP)	0,00	0,00	0,00	0,00
(+) Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Ajuste Negativo de Períodos Anteriores	-87.226,38	0,00	-87.226,38	0,00
(+) Ajuste Positivo de Períodos Anteriores	5.248.130,86	0,00	5.248.130,86	0,00
(+) Outros Ajustes	0,00	0,00	0,00	0,00
(=) SALDO A DESTINAR	4.630.907,40	1.495.299,22	6.126.206,62	787.212,87
(-) Reserva Legal	-735.144,79	0,00	-735.144,79	0,00
(-) Reservas Estatutárias	-306.310,33	0,00	-306.310,33	0,00
(-) Outras Reservas de Lucros (detalhar)	0,00	0,00	0,00	0,00
SOBRAS OU PERDAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	3.589.452,27	1.495.299,22	5.084.751,49	787.212,87

30. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2019	2019
Despesas com pessoal próprio (a)	15.268.936,01	13.088.382,50
Despesas com serviços de terceiros (b)	3.233.848,34	2.863.101,78
Despesas com localização e funcionamento (c)	3.179.728,43	1.861.863,49
Despesas com publicidade e propaganda (d)	441.196,72	603.632,32
Despesas com tributos (e)	661.130,62	752.564,50
Despesas administrativas diversas (f)	1.901.730,52	2.311.459,45
Total	24.686.570,64	21.481.004,04

- (a) Salários e benefícios para colaboradores e encargos sociais sobre folhas de pagamentos;
- (b) Serviços de terceiros relativo a trabalhos advocatícios, auditorias, consultoria, entre outros;
- (c) Utilização e manutenção das instalações da Unimed Dourados tais como: energia, água, segurança, aluguéis, limpeza, manutenção, telefone e demais despesas de expediente;
- (d) Gastos referente publicidade e propaganda;
- (e) Despesas referentes taxas e tributos estaduais, municipais e federais;
- (f) Despesas com contribuições e donativos, despesas judiciais, confraternizações, licenças diversas, entre outros;

31. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	2019	2018
Receitas Financeiras	5.469.167,20	4.871.263,58
Receitas com aplicações financeiras	4.368.839,28	4.177.883,63
Receitas por recebimento em atrasos	746.974,26	671.681,06
Receitas juros sobre capital	329.243,28	0,00
Receitas Financeiras Diversas	24.110,38	21.698,89
Despesas Financeiras	5.598.858,48	5.105.565,45
Descontos concedidos	246,60	119.666,36
Despesas Financeiras de Encargos sobre Tributos	2.740.000,00	2.219.643,54
Despesas de juros de capital próprio	2.232.156,54	2.531.157,43
Despesas por pagamento em atraso	27.348,22	9.672,34
Despesas financeiras diversas	599.107,12	225.425,78
Resultado Financeiro Líquido	-129.691,28	-234.301,87

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Avaliação de Instrumentos Financeiros

A administração procedeu à análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das Disponibilidades, Créditos Operações com Planos de Assistência à Saúde e Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora e os Passivos Circulantes, principalmente Provisão de Eventos a Liquidar, Débitos de Operações de Assistência a Saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão demonstrados nas demonstrações contábeis, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima a do balanço.

Os empréstimos e financiamentos são atualizados monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, também próximos do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2019, a Unimed Dourados não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

b) Fatores de risco

A Cooperativa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

b1) Risco de crédito;

Advém da possibilidade de a Cooperativa não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos em instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes e análise periódica dos índices de inadimplência. Com relação às aplicações financeiras, a Cooperativa dá preferência a realizar aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b2) Risco de liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Cooperativa adota como prática de acompanhamento permanente o fluxo de caixa avaliando a adequação de prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, que normalmente são caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente pequenos.

b3) Risco de taxa de juros;

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Cooperativa estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos os seus ativos captados (aplicados) no mercado.

Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a cooperativa adota a política de aplicações conservadoras em títulos de renda fixa (CDB, Fundos de investimento e RDC) e títulos públicos (LFT), aplicados em diversas instituições financeiras.

b4) Risco operacional;

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Cooperativa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Cooperativa.

O objetivo da Cooperativa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração.

A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Cooperativa para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais.

b5) Risco da gestão da carteira de investimentos.

A Cooperativa limita sua exposição a riscos de gestão da carteira de investimento ao investir apenas em títulos públicos e títulos de renda fixa privados em diversas instituições financeiras como forma de diluir os riscos. A Administração monitora ativamente as aplicações e os rendimentos e não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

33. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019.

34. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Na montagem da demonstração dos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos foram efetuados os seguintes ajustes entre os saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa de conformidade com a NBC TG 03 (R2), aprovada pela resolução 1.125/08 do Conselho Federal de Contabilidade:

DEMONSTRATIVO DA RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO COM O CAIXA LÍQUIDO OBTIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	2019	2018
Resultado Líquido	965.302,14	787.212,87
<u>Ajuste ao resultado -</u>		
(+) Depreciação	689.828,93	356.051,45
(+) Amortização	64.395,72	
(-) Juros de Aplicações financeiras	5.078.848,22	-4.871.263,58
(-) Aumento nos investimentos (sobras e dividendos recebidos)	1.214.444,95	-1.501.860,41
Saldo Ajustado	8.012.819,96	-5.229.859,67
Ajustes das Variações dos Saldos das Contas de Ativo e Passivo Operacional		
Ativo		
(-) Aumento (+) Redução Das Aplicações Financeiras	2.752.687,11	169.371.680,77
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações com Planos	- 1.017.533,67	1.008.601,45
(-) Aumento (+) Redução dos Créditos de Operações Não Relacionados a Planos	- 6.544.911,23	
(-) Aumento (+) Redução de Despesas Diferidas	-	
(-) Aumento (+) Redução de Créditos Tributários e Previdenciários	521.003,21	- 807.054,57
(-) Aumento (+) Redução de Bens e títulos a receber	189.573,84	5.653,76
(-) Aumento (+) Redução de Despesas Antecipadas	43.583,92	- 131,19
(-) Aumento (+) Redução de Conta Corrente com Cooperados	93.449,30	1.120.058,33
(-) Aumento (+) Redução de Outras Valores e Bens	9.617.748,62	2.215.519,32
Passivo		
(+) Aumento ou (-) Redução das Provisões Técnicas	- 3.950.888,93	5.124.734,60
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações de Assistência a Saúde	- 4.060.450,06	
(+) Aumento ou (-) Redução dos Débitos de Operações Assist. à Saúde Não Relacion. c/ Pl. Saúde da OPS	1.029.589,53	4.056,67
(+) Aumento (-) Redução das Provisões	3.966.322,63	- 178.601.600,03
(+) Aumento (-) Redução dos Tributos e Contribuições a Recolher	463.269,81	472.756,83
(+) Aumento (-) Redução do Conta-Corrente de Cooperados	13.792,68	4.776.487,42
(+) Aumento (-) Redução do Débitos Diversos	460.026,70	807.380,34
(+) Aumento (-) Redução das Contingências com efeito no resultado do exercício	- 2.232.156,54	958.474,95
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.357.926,88	1.226.758,98

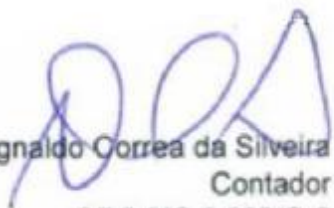
35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis 19/02/2019, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Dourados-MS, 31 de dezembro de 2019.



Jamal Nasser Haddad
Presidente
CPF 207.461.560-49



Agnaldo Correa da Silveira
Contador
CRC MS 6.502/O-2